

TRADUÇÃO

A Existência de Deus

*Richard Swinburne**

As práticas da religião cristã, judaica ou islâmica só têm uma razão de ser (*have a point*) se existe um Deus - não há motivo para cultuar (*there is no point worshipping*) um criador inexistente. Que fenômenos evidentes para todos, e em particular o universo e sua ordem, fornecem bons fundamentos para acreditar que Deus existe tem sido uma convicção geral cristã, judaica e islâmica. A produção de argumentos para mostrar isso é chamada “teologia natural”. Em minha conferência eu apresento uma teologia natural moderna. Reivindico que supor que existe um Deus explica porque, por algum motivo (*at all*), existe um universo físico; porque existem as leis científicas existentes; porque animais e depois seres humanos evoluíram; porque os homens são conscientes; porque os humanos têm a possibilidade de moldar seu caráter e aquele de seus congêneres (*fellow humans*) para o bem ou para o mal e para mudar o ambiente em que vivemos; porque através dos séculos milhões de pessoas (que não nós) tiveram a aparente experiência de estar em contato com e serem guiadas por Deus, e muitos outros fenômenos. Cada um desses fenômenos citados formou o ponto inicial de um argumento a favor da existência de Deus. Os argumentos me parecem ter um padrão comum. Algum fenômeno E, que todos nós podemos observar (por exemplo, que existem certas leis científicas

* Emeritus Nolloth Professor of the Philosophy of the Christian Religion, University of Oxford. [Conferência apresentada no Departamento de Filosofia da UFRN, no dia 22 de novembro de 2007. Título original: “The Existence of God”. Tradução de Edrisi Fernandes.]

particulares), é considerado. Reivindica-se que é provável que E ocorreria se existe um Deus, mas é improvável que E fosse ocorrer se não existe um Deus; pois Deus tem o poder de fazer ocorrer E (*bring about E*) e (sendo perfeitamente bom) ele bem poderia escolher fazer os humanos existirem (*bring about humans*), e assim aqueles fenômenos que são necessários para a sua existência. A existência de Deus é uma hipótese bastante simples que explica E, uma vez que – conforme postulado – ele é onipotente, onisciente e perfeitamente livre (e, daí, uma pessoa do tipo mais simples que pode existir), do que se segue que ele é perfeitamente bom. Daí, a ocorrência de E é evidência para se supor que existe um Deus. Argumentos desse tipo são argumentos indutivos a favor da causa dos fenômenos citados como evidência nas premissas, e são do padrão normal do argumento a favor causas na história e na ciência. Detetives usam esse padrão de argumento para argumentar a favor de uma hipótese sobre quem cometeu um crime, e cientistas usam esse padrão de argumento para argumentar a favor da existência de entidades não-observáveis como causas dos fenômenos que eles observam. Os argumentos da teologia natural são cumulativos – cada argumento faz crescer (*adds to*) a probabilidade de que existe um Deus; juntos eles a tornam bastante provável. Nessa conferência apenas terei tempo de considerar argumentos dos primeiros três fenômenos mencionados acima. Mas, junto com argumentos a partir de outros fenômenos (e assumindo que têm pouca força argumentos contra a existência de Deus a partir de outros fenômenos), reivindico que a hipótese da existência de Deus faz sentido a partir do [ou dá sentido ao] conjunto (*makes sense of the whole*) de nossa experiência, e faz isso melhor que qualquer outra explicação que pode ser apresentada, e isso é o fundamento para se acreditar que seja verdadeira.

Porque, por algum motivo (*at all*), acreditar que existe um Deus? Minha resposta é supor que supor que existe um Deus explica o motivo da existência de um universo físico; porque existem as leis científicas existentes; porque animais e depois seres humanos

evoluíram; porque os homens são conscientes; porque os humanos têm a possibilidade de moldar seu caráter e aquele de seus congêneres (*fellow humans*) para o bem ou para o mal e para mudar o ambiente em que vivemos; porque temos o bem autenticado relato da vida, morte e ressurreição do Cristo; porque através dos séculos milhões de pessoas (que não nós) tiveram a aparente experiência de estar em contato com e serem guiadas por Deus, e muito mais. De fato, a hipótese da existência de Deus faz sentido a partir do [ou dá sentido ao] conjunto de nossa experiência, e faz isso melhor que qualquer outra explicação que pode ser apresentada, e isso é o fundamento para se acreditar que seja verdadeira. Nessa conferência tentarei mostrar como ela [essa hipótese] faz sentido a partir dos [ou dá sentido aos] primeiros três desses fenômenos.

Que fenômenos evidentes para todos, e em particular o universo e sua ordem, fornecem bons fundamentos para acreditar que Deus existe tem sido uma convicção geral cristã, judaica e islâmica. A produção de argumentos para mostrar isso é chamada “teologia natural”, e pode ser útil começar com algumas ponderações sobre o lugar da teologia natural na tradição cristã.

O profeta Jeremias escreveu sobre a “aliança entre o dia e a noite”¹, indicando que a regularidade com que o dia sucedia a noite mostrava que o deus encarregado do Universo era poderoso e confiável, ou seja, que deus era Deus. A literatura sapiencial do Velho Testamento desenvolveu a idéia de que os detalhes da criação mostravam muito sobre o Criador. São Paulo escreveu que as “coisas invisíveis” de Deus “são claramente vistas, sendo percebidas através das coisas que são feitas”², e que os pagãos poderiam ver por eles mesmos. Essa tradição bíblica misturou-se no mundo grego tardio com os argumentos de Platão e Aristóteles a favor da existência de uma suprema força do ser. E assim vários teólogos cristãos, no oriente e no ocidente, tiveram seu parágrafo ou dois sumarizando um argumento a favor de Deus a partir da existência ou

¹ Por exemplo, *Jeremias* 33. 25-26.

² *Romanos* 1. 20.

ordem do universo – entre os quais Irineu, Gregório de Nissa, Agostinho, Máximo o Confessor e João Damasceno. Mas é normalmente apenas um parágrafo ou dois, e o raciocínio é rápido. Minha explicação sobre porque eles destinaram tão pouca energia a esse assunto é que eles não sentiram qualquer necessidade de fazer mais. A maior parte de seus contemporâneos aceitavam que existiam deuses ou um Deus. O que os teólogos precisavam argumentar é que existia apenas um Deus assim, e que ele tinha certas características cristãs específicas e que tinha agido na história de certos modos particulares.

Com a chegada do segundo milênio, contudo, os teólogos do ocidente medieval e, sobretudo, Tomás de Aquino e Duns Escoto, começaram a produzir argumentos de considerável extensão e rigor a favor da existência de Deus, e essa empreitada de teologia natural continuou ininterruptamente na tradição católica até o século XIX. Os protestantes clássicos, contudo, embora acreditando que o mundo natural mostrava evidência abundante de seu criador, pensaram que a pecaminosidade humana obscurecia nossa habilidade de reconhecer essa evidência, e que em todo caso existiam melhores modos de vir a conhecer a Deus³. Por outro lado, os protestantes liberais (particularmente aqueles da Grã-Bretanha do século XVIII) argumentaram com alguma extensão “desde a natureza até o Deus da natureza”. Muitos deles viram as maravilhas da natureza, especialmente aquelas novas maravilhas registradas pelo microscópio e pelo telescópio, como evidência nova e positiva da existência de Deus, e eles quiseram impulsionar seus contemporâneos religiosamente morosos a maravilharem-se. Mas finalmente no século XIX uma combinação do que eu vejo como razões muito ruins derivadas de Hume, Kant e Darwin levaram ao abandono do antigo projeto da teologia natural por muitas partes da tradição cristã. Isso foi desafortunado – pois a cristandade (e qualquer outra religião teísta) precisa da teologia natural.

³ Veja John Calvin, *Institute of the Christian Religion*, Livro 1, Capítulo 5.

As práticas da religião cristã (e de qualquer outra religião teísta) apenas têm uma razão de ser (*a point*) se existe um Deus – não existe razão para cultuar um criador inexistente ou para pedir a ele para fazer algo na Terra ou levar-nos para o Céu se ele não existe; ou para tentarmos viver nossas vidas de acordo com sua vontade, se ele não tem qualquer vontade. Nos primeiros séculos e no medievo a maior parte as pessoas criadas como cristãos simplesmente tomaram a existência de Deus como ponto pacífico. A maior parte dos convertidos pode ter acreditado preliminarmente que existe um Deus; a sua conversão envolveu a aceitação de reivindicações mais detalhadas sobre ele. E se os cristãos duvidavam, ou os convertidos não acreditavam inicialmente, que existe um Deus, muitos deles podem ter vindo a acreditar, com base na experiência religiosa, em algum sentido ou testemunho, ao invés de com base na teologia natural. Isso teria sido racional. É, de fato, um princípio básico da crença racional – que eu chamo de Princípio da Credulidade – que aquilo que a você parece, com base na experiência, ser de um tal modo, provavelmente é desse modo – na ausência de uma contra-evidência. Se lhe parece que você me vê recostar-me no púlpito (*lectern*) ou escutar minha voz, então provavelmente você o faz – a não ser que você acorde e descubra que foi tudo um sonho, ou que alguém lhe mostre que na realidade não há qualquer púlpito ali; o que parece ser um púlpito é na realidade um holograma. E isso é também um princípio básico da crença racional, o qual eu chamo de Princípio do testemunho, que aquilo que as pessoas lhe dizem provavelmente é verdade – na ausência de uma contra-evidência. E assim, se seus professores lhe disseram que a Terra tem milhões de anos de idade, ou se você lê num jornal que houve um terremoto na Turquia, essas coisas provavelmente são assim – a não ser que você aprenda algo que lance dúvidas sobre elas. Quando a dúvida é lançada, necessitamos argumentos positivos para mostrar que há um púlpito ali, ou que a Terra tem milhões de anos de idade. Não pode haver justificação para não se estender esses princípios gerais da racionalidade ao caso da crença religiosa. Se você teve uma experiência aparentemente de

Deus, você provavelmente a teve, e se seus professores lhe dizem que existe um Deus, é racional acreditar neles – na ausência de uma contra-evidência. Uma contra-evidência pode assumir muitas formas – o fato de haver dor ou sofrimento pode parecer incompatível com a existência de Deus ou torna-la improvável, e professores rivais podem lhe dizer que não existe Deus. A contra-evidência pode ser forte ou fraca, e mesmo se for consideravelmente (*fairly*) forte pode (racionalmente) não perturbar a crença de alguém que acredita na autoridade de alguém que teve uma experiência religiosa decisivamente (*overwhelmingly*) forte ou que acredita na autoridade de inumeráveis professores de antecedentes (*backgrounds*) diversos. Mas geralmente a presença de contra-evidência deixa em aberto a questão da existência de Deus, que então precisa ser sustentada por argumentos positivos (e/ou ter seus argumentos contrários refutados) se a crença de que Deus existe é para ser racional. E a maior parte dos pensadores cristãos antes de 1850 acreditaram que existiam bons argumentos da teologia natural disponíveis para aqueles que não tinham qualquer razão, ou suficiente razão, para acreditar em Deus com base na experiência ou do testemunho. Mas desde que existe bem mais dúvida sobre a existência de Deus no ocidente cético de hoje que na maior parte das culturas e dos séculos precedentes, a necessidade da teologia natural é bem maior do que jamais foi antes – tanto para aprofundar a fé do crente quanto para converter o incrédulo.

Os medievais – e Tomás de Aquino paradigmaticamente – tentaram deslocar a razão desde o mundo até Deus sob a forma de um argumento dedutivo. Mas tudo que um argumento dedutivo pode fazer é extrair (*draw out*) de sua conclusão aquilo a que você já está predisposto pelas suas premissas. Um argumento dedutivo válido é aquele no qual se você afirma a premissa ou premissas mas nega a conclusão você contradiz a si mesmo. Por exemplo, há um argumento dedutivo válido desde “todos os homens são mortais” e “Sócrates é um homem” (premissas) até “Sócrates é mortal” (conclusão); e desde “a mesa é marrom” até “a mesa é colorida”. Seria auto-contraditório dizer “a mesa é marrom, mas não colorida”.

Mas é muito implausível supor que um argumento [que vá] desde “há um universo físico” (e/ou desde quaisquer evidentes traços gerais do universo) para “existe um Deus” é assim. Pois uma afirmação razoavelmente evidente como “existe um universo físico, mas nenhum Deus” (o quão irracional que possa ser acreditar nela) não contém qualquer contradição interna. Não é como “a mesa é marrom, mas não colorida”. “Existe um Deus” vai além das premissas ao afirmar a existência ou ordem do universo, vai até algo bem maior. Mas um argumento que se propõe a ser válido e não é, é inválido. E nos séculos subjacentes a Tomás de Aquino muitas pessoas indicaram as detalhadas falácias nos seus argumentos.

Contudo, um argumento que vai (*from*) da existência e ordem do Universo até a existência de Deus é melhor representado não como dedutivo, mas como indutivo – um argumento no qual as premissas fazem a conclusão provável até certa medida (*extent*), talvez bastante provável, mas não certa. Todos os argumentos na ciência e na história desde a evidência até a teoria são indutivos, mas Aristóteles e seus sucessores que tentaram (com sucesso moderado) codificar as formas válidas de argumento dedutivo tinham muito pouco entendimento da distinção entre dedução e indução, para não falar dos critérios de um bom argumento indutivo. Apenas hoje estamos começando a ter alguma compreensão da indução. Um traço (*feature*) dos argumentos indutivos é que eles são cumulativos. Uma parte (*piece*) de evidência afirmada em uma premissa pode oferecer (*give*) uma certa quantidade de probabilidade à conclusão; outra parte de evidência pode aumentar essa probabilidade. E se argumentos a partir do universo e sua ordem ocasionam (*yield*) apenas uma conclusão provável, e não uma certa, há espaço (*room*) para que a experiência religiosa e a tradição tornem (*make*) a conclusão ainda mais provável. Quero agora argüir que três argumentos – da existência do universo, da existência de leis científicas simples e dessas leis levando à evolução de seres humanos – são fortes argumentos indutivos a favor (*to*) da existência de Deus. Não haverá tempo em minha conferência para discutir outros argumentos, ou para discutir o argumento principal contra a

existência de Deus a partir do mal ou do sofrimento (embora vocês possam querer levantar esses tópicos no tempo reservado à discussão).

Cada um dos fenômenos aos quais me referi no começo da conferência formou o ponto inicial de um argumento a favor da existência de Deus. Parece-me que esses argumentos têm um padrão comum. Algum fenômeno E, que todos nós podemos observar, é considerado. Alega-se que E é enigmático (*puzzling*), estranho, inesperado no curso ordinário das coisas, mas que deve-se esperar E se existe um Deus, pois Deus tem o poder de fazer ocorrer E, e ele bem pode escolher fazer isso. Donde a ocorrência de E ser razão para se supor que existe um Deus.

Esse tipo (*pattern*) de argumento é muito usado em ciência, história, e em todos os outros campos da investigação (*inquiry*) humana. Um detetive, por exemplo, encontra várias pistas – as impressões digitais de John em um cofre roubado (*burgled*), o fato de John ter bastante dinheiro escondido em sua casa, o fato de John ter sido visto próximo à cena do roubo na ocasião em que ele foi cometido. Ele então sugere que essas várias pistas, embora possam bem ter outras explicações, em geral não são esperáveis exceto se John tiver roubado (*robbed*) o cofre. Cada pista é evidência parcial (*some*) de que ele roubou mesmo o cofre, e confirma a hipótese de que John roubou o cofre, e a evidência é cumulativa – quando coletada (*put together*) ela torna a hipótese provável.

Argumentos desse tipo são argumentos indutivos da causa dos fenômenos citados como evidência nas premissas. Os cientistas usam esse tipo de argumento para argumentar a favor da existência de entidades não-observáveis como causas dos fenômenos que eles observam. Por exemplo, no começo do século XIX os cientistas observaram muitos fenômenos variados de interação química, de um modo tal que as substâncias se combinam em proporções (*ratios*) fixas por peso para formarem novas substâncias (p.ex., o hidrogênio e o oxigênio sempre formam água numa proporção de 1:8 por peso). Eles então alegaram que esses fenômenos seriam de se esperar se existissem cem, ou perto disso, diferentes tipos de átomos, partículas

demasiado pequenas para serem vistas, que se combinavam e recombinavam em certos modos simples. Por sua vez, os físicos postularam elétrons, prótons, nêutrons e outras partículas, de modo a dar conta do comportamento dos átomos, bem como de fenômenos observáveis em maior escala, e agora eles postulam quarks de modo a explicar o comportamento de prótons, nêutrons e outras partículas.

Para serem bons argumentos (isso é, para fornecer evidência para as suas hipóteses), argumentos desse tipo precisam satisfazer quatro critérios. Primeiro, os fenômenos que eles citam como evidência devem ser fenômenos que se espera que ocorram (isso é, é consideravelmente [*fairly*] provável que eles venham a ocorrer) se a hipótese é verdadeira. Se John roubou mesmo o cofre é *bastante* provável que suas impressões digitais seriam encontradas nele. Em segundo lugar, os fenômenos devem ser menos prováveis de ocorrer no curso normal das coisas, isto é, se a hipótese é falsa. Vimos no exemplo do roubo como as várias pistas, tais como as impressões digitais de John no cofre, não seriam muito de se esperar no curso normal das coisas. Em terceiro lugar, a hipótese deve ser simples; isto é, ela deve postular a existência e a operação de *poucas* entidades, com poucas propriedades *facilmente* descritíveis, comportando-se de modos (*kinds of way*) matematicamente *simples*. Sempre poderemos postular muitas entidades novas com propriedades complicadas para explicar algo que achamos. Mas nossas hipóteses só serão sustentadas pela evidência se ela postular poucas entidades que nos levem a esperar os diversos fenômenos que formam a evidência. Desse modo, no exemplo da estória de detetive poderíamos supor que Brown “plantou” as impressões digitais de John no cofre, que Smith se vestiu para ficar parecido com John na cena do crime, e que, sem qualquer conluio (*collusion*) com os outros, Robinson escondeu o dinheiro no apartamento (*flat*) de John. Essa nova hipótese nos levaria a esperar os fenômenos tanto quanto a hipótese que John roubou o cofre. Mas a última hipótese é confirmada pela evidência, enquanto a primeira não é. E isso ocorre porque a hipótese de que John roubou o cofre postula *um* objeto – John – fazendo *uma* ação – roubar o cofre – o que nos leva

a esperar os diversos fenômenos que encontramos. Os cientistas sempre postulam tão poucas entidades novas (p.ex., partículas subatômicas) quantas são necessárias a nos levar a esperar encontrar os fenômenos que observamos, e eles postulam que essas entidades não se comportam erraticamente (se comportam de um modo num dia e de modo diferente no outro), mas que elas se comportam de acordo com uma lei matemática tão simples e fácil (*smooth*) quanto for compatível com o que é observado. E em quarto lugar, a hipótese deve se adequar ao (*fit in with*) nosso conhecimento sobre como o mundo opera em campos mais amplos, aquilo que devo chamar de nosso conhecimento de fundo (*background knowledge*). A hipótese de que John roubou o cofre deve se adequar àquilo que sabemos de outras ocasiões sobre se John frequentemente rouba cofres, Mas quando estamos lidando com uma hipótese que se propõe a explicar uma vasta amplitude (*range*) de fenômenos, esse critério tende a ser derrubado (*to drop out*) – posto que não haverá campos de investigação mais amplos nos quais tenhamos conhecimento substancial sobre como as coisas operam. Não estava disponível nem havia conhecimento de fundo de campos de investigação mais amplos com os quais a teoria gravitacional newtoniana tivesse que se adequar quando Newton a apresentou em 1689 (por exemplo, inexistia um conhecimento sistemático da eletricidade ou do magnetismo). Nem existe hoje em dia um conhecimento tal para garantir (*assessing*) as chamadas “teorias de tudo”, que os físicos vêm postulando, teorias que se propõem a explicar todos os fenômenos físicos. E esse critério não será relevante para garantir a hipótese do teísmo – que existe um Deus – que é apresentada como a verdadeira “teoria de tudo” (uma hipótese mais geral que a mais ampla hipótese da física, ao se propor a explicar porque uma teoria assim [*any such*] é apropriada [*works*] e a explicar não meramente os fenômenos físicos, mas também a vida consciente). Um argumento indutivo a favor de uma causa será tanto mais forte quão melhor satisfeitos forem os quatro critérios, isto é, quanto mais plausível for que os fenômenos venham a ocorrer se e somente se a causa postulada ocorrer, quanto mais simples for a causa postulada, e – se

relevante – o quão melhor a explicação se adequie ao conhecimento de fundo. Quão melhor os critérios são satisfeitos, mais provável é que a explicação proposta seja verdadeira.

O fenômeno mais geral que fornece evidência a favor da existência de Deus é a existência do universo físico pelo tempo em que ele tem existido (seja num tempo finito ou, se ele não tem um começo, um tempo infinito). Isso é algo evidentemente não-explicável pela ciência, pois uma explicação científica dessa natureza (*as such*) explica a ocorrência de qualquer estado de coisas S_1 em termos de um estado prévio de coisas S_2 e de alguma lei da natureza que faz com que estados como S_2 façam ocorrer estados como S_1 . Assim, ela pode explicar as posições atuais dos planetas por um estado prévio do sistema (estando o sol e os planetas onde eles estavam ano passado) e a operação das leis de Kepler, que afirmam que estados como o último [S_2] são acompanhados um ano depois por estados como o primeiro [S_1]. Mas o que a ciência, por sua natureza intrínseca (*its very nature*) não pode explicar é porque, por algum motivo (*at all*), existem quaisquer estados de coisas.

Meu próximo fenômeno é a operação das leis mais gerais da natureza, isto é, a conformação da ordem da natureza às leis bastante gerais da física e às regularidades da química. Seguimos aqui exatamente aquilo que as leis mais gerais da ciência podem ainda não ter descoberto – talvez, que existem equações de campo da Teoria Geral da Relatividade de Einstein, ou mais provavelmente, que existem algumas leis ainda mais fundamentais, talvez as leis de uma “Teoria de Tudo”. Agora a ciência pode explicar porque uma lei opera em alguma área estreita, em termos da operação de uma lei mais ampla nas condições particulares daquela área estreita. Assim ela pode explicar porque se sustenta a lei da queda [dos corpos] de Galileu - que pequenos objetos próximo à superfície da Terra caem com uma aceleração constante em direção à Terra. A lei de Galileu decorre (*follows from*) das leis de Newton, dado que a Terra é um corpo massivo longe de outros corpos massivos e que os objetos em sua superfície estão pertos dela e têm massa comparativamente menor. Mas o que a ciência, por sua natureza intrínseca, não pode

explicar, é porque existem as leis mais gerais da natureza existentes, pois *ex hypothesi* não há leis mais amplas que possam explicar sua operação.

Que existe um universo e que existem leis da natureza são fenômenos tão gerais e difundidos que tendemos a ignorá-los. Mas, de modo semelhante, facilmente também poderia não existir, nem ter existido nunca, um universo (*there might so easily not have been a universe at all, ever*). Ou o Universo poderia, de modo igualmente fácil, existir como uma confusão caótica (*might so easily have been a chaotic mess*). Que existe um Universo *ordenado* (*orderly*) é algo muito pungente (*striking*), ainda [ou: e no entanto] (*yet*) longe da capacidade de explicação da ciência (*beyond the capacity of science ever to explain*). A inabilidade da ciência em explicar essas coisas não é um fenômeno temporário, causado pelo atraso (*backwardness*) da ciência do século XXI.

Ao invés disso, em virtude do que uma explicação *científica* é, essas coisas sempre estarão além de sua capacidade explicativa. Pois as explicações científicas, por sua própria natureza, terminam com alguma lei natural suprema (*ultimate*) ou arranjo supremo das coisas físicas, e as questões que estou levantando dizem respeito a porque existem quaisquer (*at all*) leis naturais ou coisas físicas.

Contudo, existe outro tipo de explicação de fenômenos que usamos o tempo todo e que vemos como um modo apropriado de explicar fenômenos. Isso é o que chamo de explicação pessoal. Frequentemente explicamos algum fenômeno E como tendo sido feito acontecer por uma pessoa P de modo a alcançar algum propósito ou meta G. O movimento presente dos meus lábios é explicando como feito acontecer por mim com o propósito de fazer uma conferência. O fato do copo estar sobre a mesa se explica por alguém tê-lo posto lá com o propósito de se beber dele. No entanto, essa maneira de explicar as coisas é diferente da científica. A explicação científica envolve leis da natureza e estados prévios de coisas. A explicação pessoal envolve pessoas e suposições. Se não podemos dar uma explicação científica para a existência e ordem do Universo, talvez possamos dar uma explicação pessoal.

Mas porque devemos pensar que a existência e a ordem do Universo têm uma explicação qualquer (*at all*)? Buscamos por uma explicação de todas as coisas, mas vimos que apenas temos razão para supor que encontramos uma se a explicação proposta é simples e nos leva a esperar o que encontramos quando, de outro modo, isso não é para ser esperado. A história da ciência mostra que julgamos que fenômenos que são muitos e complexos necessitam explicação, e que eles são para ser explicados em termos de algo mais simples. Os movimentos dos planetas (sujeito às leis de Kepler), as interações mecânicas dos corpos na Terra, o comportamento dos pêndulos, os movimentos das marés, o comportamento dos cometas etc., formaram uma coleção bastante diversificada (*a pretty miscellaneous set*) de fenômenos. As leis do movimento de Newton constituíram uma teoria simples que nos levou a esperar esses fenômenos, e assim foi considerada uma explicação verdadeira para eles. A existência de milhares de substâncias químicas diferentes combinando-se em diferentes proporções para fazer outras substâncias era complexa. A hipótese de que existiam apenas cem, ou perto disso, elementos químicos dos quais os milhares de substâncias foram feitas era uma hipótese simples que nos levou a esperar o fenômeno complexo.

Nosso Universo é uma coisa complexa. Existem muitos e muitos (*lots and lots of*) pedaços (*chunks*) separados de material no universo. Cada pedaço tem volume, forma (*shape*), massa etc. diferentes, finitos e não muito naturais – considere a vasta diversidade das galáxias, estrelas e planetas, e pedregulhos na praia. A matéria é inerte e não tem poderes que possa escolher exercer; ela faz o que ela tem de fazer. Existe uma quantidade limitada dela em qualquer região e ela tem uma quantidade limitada de energia e velocidade.

A conformidade dos objetos através de tempo e espaço infundáveis (*endless*) a leis simples é, similarmente, algo que reclama (*cries out for*) uma explicação em termos ainda mais simples. Consideremos, pois, o que isso quer dizer (*what this amounts to*). As leis não são coisas, independentemente de objetos

materiais. Dizer que todos os objetos se conformam a leis é simplesmente dizer que todos eles se comportam exatamente do mesmo modo, que eles têm certos poderes que exercem sobre outros objetos, e tendências (*liabilities*) a exercer esses poderes sob certas circunstâncias. Dizer, por exemplo, que todos os fótons (as partículas da luz) se movem a 300.000 km/s em relação a todos os enquadramentos inertes (*inertial frames*), é justo dizer que cada fóton tem o poder de fazer isso e a tendência de sempre fazer isso. Há, portanto, essa vasta coincidência dos poderes e tendências dos objetos em todos os tempos e em todos os lugares. Essas leis permitem à física, como mencionei, fornecer explicações relativamente simples dos fenômenos, mas elas mesmas reclamam uma explicação em termos de algo bem mais simples. Se todas as moedas de alguma região tem as mesmas marcas, ou se todos os papéis [ou: artigos] em uma sala são escritos com a mesma caligrafia (*handwriting*), buscamos uma explicação em termos de uma fonte comum dessas coincidências. Devíamos buscar uma explicação similar para essa vasta coincidência que descrevemos como a conformidade dos objetos a leis da natureza – por exemplo, o fato de que todos os elétrons são produzidos, atraem e repelem outras partículas e se combinam com elas exatamente do mesmo modo a cada ponto dos infundáveis tempo e espaço.

A hipótese do teísmo é que o Universo existe porque existe uma pessoa divina, que o mantém na existência e que as leis da natureza operam porque existe uma pessoa divina que faz com que elas operem. Ele faz com que as leis da natureza operem ao preservar (*sustaining*) em cada objeto sua tendência a comportar-se de acordo com essas leis. Ele faz com que o Universo exista ao preservar a cada momento (do tempo finito ou infinito) objetos com os poderes e tendências codificados pelas leis da natureza, incluindo as leis da conservação da matéria-energia, isto é, ao fazer que seja o caso a cada momento que aquilo que existia antes continue a existir. A hipótese é uma hipótese de que uma pessoa faz essas coisas ocorrerem por algum propósito. Ele age diretamente sobre o Universo, como agimos diretamente sobre nossos cérebros, guiando-

os a moverem nossos braços (mas o Universo não é seu corpo – pois ele poderia a qualquer momento destruí-lo, e agir num outro universo, ou passar [*do*] sem um universo). Como vimos, a explicação pessoal e a explicação científica são os dois modos que temos para explicar a ocorrência de fenômenos. Já que não pode existir uma explicação científica para a existência do Universo, ou existe uma explicação pessoal ou inexistente qualquer (*at all*) explicação. A hipótese de que existe uma pessoa divina é a hipótese da existência do tipo mais simples de pessoa que poderia existir (*the simplest kind of person which there could be*). Uma pessoa é um ser que existe por algum tempo com o *poder* de causar (*to bring about*) efeitos, o *conhecimento* de como fazer isso e a *liberdade* de fazer escolhas em relação a quais efeitos causar. Uma pessoa divina é, por definição, uma pessoa perpétua (*everlasting*) onipotente (isto é, infinitamente poderosa), onisciente (isto é, tudo-sapiente), e perfeitamente livre; ele é uma pessoa perpétua de infinito poder, conhecimento e liberdade, uma pessoa para cuja existência, poder, conhecimento e liberdade não existem limites exceto aqueles da lógica. A hipótese de que existe um ser com graus infinitos das qualidades essenciais para um ser desse tipo é a postulação de um ser bastante simples. E é ainda mais simples supor que essas propriedades não são acidentalmente correlacionadas com cada uma outra, mas que se seguem necessariamente da essência da pessoa divina. A hipótese de que existe uma tal pessoa divina é uma hipótese muito mais simples do que a hipótese de que existe um Deus que tem um poder limitado desse ou daquele modo (*such and such a limited power*). É mais simples, exatamente do mesmo modo que a hipótese de que alguma partícula tem massa zero ou velocidade infinita é mais simples do que a hipótese de que ela tem 0,32147 de alguma unidade [de massa] ou uma velocidade de 221.000 km/s. Uma limitação finita reclama uma explicação do porque existe justamente esse limite, de um modo que a não-limitação não reclama. Da perfeita liberdade de Deus segue-se que ele não existirá sujeito a quaisquer influências que o impeçam de fazer o que ele vê razão para fazer, isto é, aquilo que ele acredita ser

bom fazer, e posto que ele é onisciente, ele sempre saberá o que é bom, ele sempre fará o que é bom. Ele será perfeitamente bom.

Que deva existir qualquer coisa (*anything at all*), sem mencionar (*let alone*) um universo tão complexo e ordenado como o nosso, é excessivamente (*exceedingly*) estranho. Mas se existe um Deus, não é vastamente improvável que ele deveria criar um universo assim. Um universo como o nosso é uma bela coisa (*a thing of beauty*), e um teatro no qual os humanos (e, por uma extensão limitada, outras criaturas) podem crescer e produzir (*work out*) seu destino. A ordem do Universo o torna um belo Universo, mas, de modo ainda mais importante, ela faz dele um Universo que os humanos podem aprender a controlar e mudar. Um bom Deus desejará criar criaturas tais como seres humanos possuindo uma livre escolha entre o bem e o mal, uma profunda responsabilidade por si mesmos e um pelo outro e uma habilidade para formarem seu próprio caráter de um modo tal a amarem a Deus, e para isso necessitamos de corpos, lugares onde podemos interagir (*put hold of*) um com o outro e assim machucar ou beneficiar um ao outro. Mas os seres humanos apenas podem cuidar (*look after*) de si mesmos e um do outro (ou escolher não fazê-lo) se existem leis simples governando um universo no qual os seres humanos estão corporificados. Se temos corpos, então existem modos pelos quais podemos machucar ou beneficiar um ao outro. No entanto, apenas se essas forem leis simples da natureza que podemos vir a aprender haverá modos pelos quais isso ou aquilo que faço fará uma previsível diferença para mim ou para você. Apenas se os humanos souberem que, semeando certas sementes, removendo as ervas daninhas e aguando as sementes, eles colherão milho, eles poderão desenvolver uma agricultura. E apenas se eles souberem que atritando bastões eles podem fazer fogo eles poderão queimar os suprimentos alimentares de outros. Leis apreensíveis (*graspable*) da natureza permitem aos agentes uma escolha sobre como tratar um ao outro. Assim, Deus tem uma boa razão para fazer um universo ordenado e, *ex hypothesi*, sendo onipotente ele tem o poder para fazê-lo. Assim, a hipótese de que existe um Deus torna a existência

do Universo muito mais esperada do que de outro modo seria, e essa é uma hipótese muito simples. Daí que os argumentos da existência do Universo e de sua conformidade com leis naturais simples são bons argumentos para uma explicação dos fenômenos, e fornecem evidência substancial para a existência de Deus.

O ultimo fenômeno que considerarei é a evolução dos animais e humanos. Na metade do século XIX Darwin estabeleceu (*set out*) sua impressionante teoria da evolução pela seleção natural para dar conta da existência de animais e humanos. Uma vez existiram organismos primitivos. Esses animais variaram de várias formas em relação a seus progenitores (alguns eram mais altos, alguns mais baixos, alguns mais gordos, alguns mais magros, alguns tinham princípios de asas, outros não tinham, e assim por diante). Esses animais com características que os tornavam melhor adaptados para sobreviver sobreviveram e passaram suas características para a próxima geração. Mas, apesar de em geral se assemelharem aos seus progenitores, sua prole diferia daquela deles, e as variações que melhor se adequavam à sobrevivência do animal foram novamente aquelas mais prováveis de serem passadas para uma outra geração. Esse processo continuou por milhões de anos, produzindo a inteira variedade de animais que temos hoje, cada qual adaptado a sobreviver em um ambiente diferente. Entre as características que dão vantagem em uma luta pela sobrevivência estava a inteligência, e as seleções para essa característica eventualmente levaram à evolução dos humanos. Tal é o relato de Darwin sobre porque hoje em dia temos os animais e os humanos.

Tão longe quanto ele alcança, esse relato certamente é correto. Mas existem assuntos cruciais além do seu escopo. O mecanismo evolucionário que Darwin descreve opera apenas porque existem certas leis da bioquímica (os animais produzem muitas proles; essas variam de várias formas em relação aos seus progenitores, etc.). Mas porque existem essas leis, ao invés de outras leis? Sem dúvida porque essas leis seguem as leis básicas da física. Mas, então, porque essas leis básicas da física têm uma forma tal de modo a originar (*give rise to*) leis da evolução? E porque, em primeiro lugar,

houve os organismos primitivos? Uma estória plausível pode ser contada acerca de como a “sopa primeva” de matéria-energia ao tempo do “*Big Bang*” (um momento cerca de 13.500 milhões de anos atrás, no qual, dizem-nos os cientistas agora, o Universo, ou pelo menos o presente estágio do Universo, começou) originou, ao longo de muitos milênios, de acordo com as leis físicas, aqueles organismos primitivos. Mas então porque, em primeiro lugar, houve matéria adequada para um tal desenvolvimento evolucionário? Com respeito às leis e com respeito à matéria primeval, temos novamente a mesma escolha, de dizer que essas coisas não podem ser melhor (*further*) explicadas ou de postular uma explicação ulterior (*further*). O assunto (*issue*) aqui não é porque existem quaisquer (*at all*) leis ou porque de algum modo (*at all*) existe matéria, mas porque as leis e a matéria têm essa característica peculiar, que elas são prontamente mobilizadas (*wound-up*) para produzir plantas, animais e humanos. Posto que são as leis mais gerais da física que têm essa característica especial, não pode haver explicação científica do porque elas são do modo que são. E embora possa haver uma explicação científica de porque a matéria tinha ao tempo do *Big Bang* a característica especial que ela tinha, em termos de sua característica em algum tempo anterior, claramente, se houve um estado primeiro do Universo, ele deve ter sido de um certo tipo: ou se o Universo tem durado sempre, (além de ter o tipo certo de leis) sua matéria precisaria ter em todos os tempos certos aspectos (*features*) gerais (p.ex., a respeito da quantidade e diversidade de sua matéria-energia) se em algum tempo teria de haver um estado do Universo adequado para produzir animais e humanos. As explicações científicas chegam a um ponto de parada. Permanece a questão sobre se devemos aceitar essas aspectos particulares das leis e da matéria do Universo como fatos brutos supremos (*ultimate*) ou se devemos ir além deles até uma explicação pessoal em termos da atuação (*agency*) de Deus.

O que a escolha determina (*turns on*) é o quão possível é que as leis e condições iniciais deveriam ao acaso ter exatamente essa característica. O trabalho científico recente chamou a atenção para o

fato de que o Universo é bem afinado (*fine-tuned*)⁴. Dadas as leis do tipo atual (as quatro forças, constrangidas pelos requisitos da Teoria Quântica), a matéria-energia ao tempo do *Big Bang* tinha de ter uma certa densidade e uma certa velocidade de recessão; um aumento ou diminuição com respeito a essas variáveis por uma parte num milhão teria tido o efeito de que o Universo não seria fomentador de vida (*life-evolving*). Por exemplo, se o *Big Bang* tivesse feito os quanta de matéria-energia recuar um em relação outro um pouco mais rapidamente, nenhuma galáxia, estrela ou planeta, e nenhum ambiente adequado à vida, teria sido formado. Se a recessão tivesse sido marginalmente mais lenta, o Universo teria colapsado sobre si mesmo antes que a vida pudesse ter se formado. Similarmente, as constantes nas leis da natureza precisavam repousar dentro de limites muito estreitos se a vida era para ser formada. Se permitimos a possibilidade de leis de tipos diferentes daqueles que operam em nosso universo, elas teriam de ser tipos muito especiais, não mais simples que as atuais, se a vida – sem mencionar (*let alone*) uma vida de tipo humano – tivesse de evoluir, e assim novamente é *a priori* muito improvável que a vida sensiente iria evoluir. É, portanto, muito improvável que as leis e condições iniciais teriam tido por acaso um caráter produtor de vida. Alguns físicos atuais lhe dirão que vivemos em um multiverso de modo que muitos diferentes universos possíveis eventualmente virão a existir (*occur*), e, assim, não é de surpreender que exista um como o nosso. Mas, já que eles não podem observar esses outros universos, os físicos só teriam algum fundamento para fazer essa alegação se a mais simples teoria do nosso universo tivesse a consequência de que ele é governado por leis da natureza que, de tempos em tempos, fazem brotar (*'bud off'*) universos de tipos diferentes. Assim, o próprio multiverso teria de ser governado por leis que, de modo a alcançar esse “brotamento”, certamente teriam de ser consideravelmente menos

⁴ Veja, por exemplo, a descrição simples dessa evidência em J. Leslie, “Anthropic Principle, World Ensemble, Design”, *American Philosophical Quarterly*, 19. (1982), pp. 141-152, e em seu *Universes*, Routledge, 1989, capítulos 1-3.

simples que as leis do nosso universo, e assim ainda menos provável de ocorrer por acaso. E, assim, é muito improvável que devamos viver em um multiverso que tem a característica de produzir em algum estágio um universo como o nosso, quando muitíssimos (*very many*) possíveis multiversos (muitos dos quais consistindo em apenas um universo e governado por leis mais simples que o multiverso) não terá essa característica. A hipótese do multiverso não torna as características do nosso universo nem um pouco mais (*any less*) improvável.

Deus é capaz de dar à matéria e às leis esse caráter. Se podemos mostrar que ele teria razões para fazer isso, então isso dá apoio à hipótese de que ele assim fez. Também (*again*) se dispõe de uma razão (adicional à razão de sua beleza) porque Deus teria, por algum motivo (*at all*) escolhido fazer existir um Universo – o valor intrínseco (*worthwhileness*) dos seres corporificados sensientes que o processo evolucionário faria existir, e acima de tudo dos humanos que podem, por si próprios, tomar decisões informadas sobre que tipo de mundo deveria existir.

Assim, os três argumentos que considereirei – da existência do Universo, de sua conformidade com as leis naturais e da existência de humanos e animais – para a hipótese da existência de Deus são todos eles argumentos que satisfazem bem os três critérios dados antes para os argumentos indutivos para uma explicação. Os fenômenos citados pelas premissas não são ordinariamente esperados, eles devem ser esperados se a causa postulada na conclusão existe e a hipótese da existência dessa causa é simples cause. De fato, sugiro que esses não são meramente bons argumentos a favor da existência de Deus, mas que esses argumentos são bastante fortes. A pessoa divina postulada é uma pessoa muito simples, e é grandemente improvável que os fenômenos citados viessem a ocorrer por acaso – isto é, que deveria existir um número tão grande de átomos no Universo, todos eles comportando-se exatamente do mesmo modo que produz a vida humana (*the same human-life producing way*).